

CONTRATO REF.ª Nº 30 _GPENAPOR_2022

Contrato Misto de Fornecimento/Prestação de Serviços

Reestruturação da Network do Porto da Praia

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos

E

SYSCONNECT – Lda.

SEDE: C. P. N.º 82, S. Vicente - Tel: (+238) 230 75 00 | Fax: (+238) 232 43 37 / 21 70 | E-mail: info@enapor.cv
PORTO: PORTO GRANDE - Av. Marginal, C.P. 82 - Mindelo, S. Vicente - Tel: (+238) 230 75 00 | Fax: (+238) 232 43 32 | PORTO DA PRAIA - C.P. 87 - Santiago
- Tel: (+238) 260 90 60 | Fax: (+238) 263 38 99 | PORTO DA PALMEIRA - Sal - Tel: (+238) 241 13 48 | Fax: (+238) 41 13 48 | PORTO NOVO - Sta. Antão - Tel:
(+238) 222 12 54 | Fax: (+238) 222 12 54 | PORTO DO TERRAVAL - Vila do Terraçal - S. Nicolau - Tel: (+238) 256 10 50 / 16 77 | Fax: (+238) 256 13 26 | PORTO
VALE DE CAVALEROS - Fogo - Tel: (+238) 281 21 13 | Fax: (+238) 281 12 64 | PORTO INGLEZ - Vila do Porto Inglês - Maio - Tel: (+238) 255 14 90 / 13 50 | Fax:
(+238) 255 13 50 | PORTO FURNA - Vila da Fuma - Brava - Tel: (+238) 285 12 40 / 285 12 46 | Fax: (+238) 85 12 09 | PORTO DE SAL - Rai - C.P. N.º 29, Cidade
de Sal Rai - Boa Vista - Tel: (+238) 251 11 87 | Fax: (+238) 251 13 74

Entre;

ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A., com sede na Avenida Marginal, Cidade do Mindelo, Ilha de São Vicente, Código Postal N.º 82, Detentora do Capital Social de 1.200.000.000\$00 (um milhar e duzentos milhões de escudos), que se encontra totalmente realizado pelos valores integrantes do seu património, Contribuinte n.º 200487264 (NIF), matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Região de 1.ª Classe de São Vicente sob o n.º 1168, legitimamente representada neste ato pelo pelo Eng.º **Ireneu Rosa de Azevedo Camacho**, solteiro, portador do BI n.º 129344, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF: 165280263 e pelo pela Dr.ª **Eneida Cristina Lima Gomes**, solteira, portadora do BI n.º 316103, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF: 131610325 na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e Administradora Executiva respetivamente, no uso das competências estatutárias, com poderes para obrigar, adiante designada por **Primeira Outorgante**.

E

SYSCONNECT – LDA,

Sociedade por Quotas, com sede na rua dos Pinheiros, n.º 18 1º Direito, 2820-567, Charneca da Caparica, Distrito de Setúbal, Concelho de Almada, Portugal, registada na Conservatória do Registo Comercial de Almada, com o capital social de 100.000,00 € (cem mil Euros), NIF 513574506, representada pelo Eng.º **Miguel Soares**, portador do Cartão Cidadão n.º 11437285 3ZY7, com morada profissional na Rua Eng. Frederico Ulrich, N.º 3210, 2º Andar, Sala 212, 4470-605 Maia, Portugal, titular do NIF 227179529, na qualidade de Diretor Geral, no uso de competências delegadas com poderes para obrigar, adiante designada **Segunda Outorgante**.

Considerando que:

- a) Por deliberação do Conselho de Administração, a Primeira Outorgante promoveu o Concurso Público Internacional (Nº 03_GPEnapor_2022) destinado a Reestruturação da Network do Porto da Praia.
- b) A minuta do contrato misto fornecimento/prestação de serviços foi Aprovada por deliberação do Conselho de Administração.

- c) O júri do procedimento deliberou, por unanimidade, no dia 08 de julho de 2022, propor á adjudicação do contrato a empresa SYSCONNECT LDA, Concluindo assim o Concurso Público Internacional Nº 03_GPEnapor_2022

Cláusula 1.^a
(Objeto)

1. O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços e o fornecimento de equipamentos para a **Renovação dos ativos da Enapor na cidade da praia, conforme** propostas técnica e financeira com a referência SYS.MS.22.285, apresentadas e datadas de 27 de junho de 2022, que resumidamente inclui;
 - i. Reformulação LAN Switching (& spares);
 - ii. Upgrade de Segurança (FIREWALL CLUSTER em Alta-Disponibilidade "high performance");
 - iii. Bastidores (Armário de Pavimento-Praia, Armários Murais-Praia e Mindelo);
 - iv. UPS's (para bastidores murais-Praia e Mindelo)
 - v. Serviços Profissionais de Instalação.
2. O presente contrato é composto pelo respetivo clausulado e pelos seus anexos I, II e III que englobam os seguintes elementos:
 - i. os esclarecimentos e as retificações aos documentos do procedimento;
 - ii. o Caderno de Encargos;
 - iii. o Programa do Concurso;
 - iv. a proposta adjudicada e
 - v. os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada, prestados pelo Adjudicatário.

Cláusula 2.^a
(Preço Contratual)

1. O preço contratual pela prestação de serviços e fornecimento de equipamentos a que alude a Cláusula 1.^a é de **299.000,00 € (duzentos e noventa e nove mil euros)**, livre de quaisquer impostos de acordo com as propostas técnica e financeira com a referência SYS.MS.22.285, apresentadas e datadas de 27 de junho de 2022.

2. Pelo fornecimento e prestação de serviços objetos do presente contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do mesmo e demais documentos que o integram, a Primeira Outorgante deve pagar à Segunda Outorgante o valor resultante da aplicação dos preços unitários constantes na proposta, isento de quaisquer impostos.
3. O preço a pagar pelo fornecimento/prestação de serviços é fixo, no que ambas as partes estão expressa e especialmente de acordo e inclui todos os custos de execução, taxas, transportes, seguros de carga, despachos, licenças de importação, taxas aduaneiras e afins, até ao destino final nas instalações no da Primeira Outorgante.

Cláusula 3.ª

(Faturação e Condições de Pagamento)

1. A quantia devida pela Primeira Outorgante à Segunda Outorgante, nos termos da Cláusula 2.ª, ponto 1 do presente contrato, devem ser pagas no prazo máximo de 30 (trinta) dias da emissão da fatura.
2. A fatura será emitida com a conclusão do projeto e assinatura do auto de aceitação.
3. A Primeira Outorgante realizará todos os pagamentos relativos ao presente contrato mediante transferência bancária a favor da Segunda Outorgante, para a seguinte conta:
 - a) Entidade Bancária: MILLENNIUM - BCP
 - b) IBAN: PT50.0033.0000.45558588588.05
 - c) Swift: BCOMPTPL
4. Em caso de discordância quanto aos valores indicados na fatura, a Primeira Outorgante deverá comunicar esse fato à Segunda Outorgante por escrito e no prazo de 24 horas após a receção da respetiva fatura, ficando a Segunda Outorgante obrigada a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de uma nova fatura corrigida.
5. A Primeira Outorgante reserva-se no direito de, sem prejuízo do direito às penalidades e a uma indemnização nos termos gerais do direito, suspender o pagamento acima referido se a Segunda Outorgante não cumprir as suas obrigações contratuais.

Cláusula 4.^a
(Prazos e Local de Entrega)

1. O local de execução do presente contrato é nas instalações do Porto da Praia, Ilha de Santiago.
2. O prazo de entrega dos bens/serviços a serem fornecidos/prestados, instalados e configurados, inerentes à execução do presente contrato é de no máximo 150 (cento e cinquenta) dias a contar da data da assinatura do presente contrato, sendo que a Segunda Outorgante desenvolverá todos os esforços para minimizar este prazo.

Clausula 5.^a
(Responsabilidades da Primeira Outorgante)

1. Durante todo o período de vigência deste contrato, se aplicável, a Primeira Outorgante será responsável pela guarda dos materiais objeto do presente contrato, devendo disponibilizar um local seguro para o armazenamento dos mesmos, e responderá pelos atos ou omissões dos seus trabalhadores ou prestadores de serviços pontualmente contratados, nomeadamente por furto ou qualquer outra ação ilícita que ponha em risco os interesses e os direitos da Segunda Outorgante, em particular os danos causados nos bens e materiais utilizados, que sejam propriedade desta.
2. A Primeira Outorgante obriga-se a manter os equipamentos objeto deste contrato nas adequadas condições de segurança, durante o período de instalação e garantia, bem como comunicar à Segunda Outorgante qualquer anomalia que se verifique na sua instalação ou no equipamento, logo que deles tenha conhecimento.
3. Sempre que ocorram situações que ponham em risco os interesses e direitos da Segunda Outorgante, em particular os descritos nos números anteriores, a Primeira Outorgante obriga-se a reparar os danos por sua conta e responsabilidade ou a indemnizar a Segunda Outorgante pelos prejuízos causados.

Cláusula 6.^a
(Responsabilidades da Segunda Outorgante)

1. A Segunda Outorgante garante que os bens compreendidos no presente contrato serão fornecidos e os respetivos serviços prestados, nos termos da

respetiva proposta adjudicada e em conformidade com o disposto no Caderno de Encargos, de modo adequado à realidade e particularidades dos fins a que se destinam.

2. Em caso de incumprimento do fornecimento dos bens e da prestação dos serviços objeto do presente contrato, a Segunda Outorgante, responderá perante a Primeira Outorgante nos termos gerais do direito.
3. A Segunda Outorgante responderá pelos atos ou omissões dos seus trabalhadores ou prestadores de serviços pontualmente contratados, nomeadamente em questões de disciplina, furto ou qualquer ação que ponha em risco os interesses e direitos da Primeira Outorgante, em particular pelos danos causados nos bens e materiais utilizados que sejam propriedades desta.
4. Sempre que ocorram situações do tipo das mencionadas no número anterior, a Segunda Outorgante obriga-se a reparar os danos por sua conta e responsabilidade ou a indemnizar a Primeira Outorgante pelos prejuízos causados.
5. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a Segunda Outorgante é responsável, perante a Primeira Outorgante, por qualquer indemnização que esta tenha de pagar a terceiros, e por quaisquer pedidos, processos, danos, custos, perdas e despesas em que a Primeira Outorgante incorra, na medida em que resultem de fatos imputáveis à Segunda Outorgante ou a entidades a si vinculadas.
6. O não cumprimento voluntário do disposto no ponto anterior, faz a Segunda Outorgante incorrer na obrigação de reparar os danos causados, debitando os seus custos, podendo, para o efeito, efetuar a dedução na caução ou nos pagamentos à Segunda Outorgante.

Clausula 7.^a

(Obrigações da Primeira Outorgante)

1. Para além de outras atribuídas pela lei ou pelo presente contrato, são responsabilidades da Primeira Outorgante:
 - a) Designar os interlocutores, únicos responsáveis pelas instalações elétricas e informáticas e pela fiscalização;
 - b) Facultar aos técnicos que integram a equipa de trabalho da Segunda Outorgante o acesso às suas instalações no período laboral e de forma

- ininterrupta;
- c) Proporcionar um espaço de trabalho adequado e dotado das necessárias condições sanitárias;
 - d) Assegurar que nenhuma pessoa estranha aos serviços da Segunda Outorgante intervenha na Renovação dos ativos da Segunda Outorgante durante o período de instalação e garantia, sem a prévia autorização desta;
 - e) Manter os equipamentos e/ou serviços de acordo com as especificações fornecidas pela Segunda Outorgante, segundo o manual técnico de utilização;
 - f) Não efetuar modificações nos equipamentos/serviços e não instalar acessórios sem a intervenção da Segunda Outorgante;
 - g) Identificar o pessoal da equipa técnica da Primeira Outorgante a quem deverá ser ministrada a formação;
 - h) Garantir que o pessoal identificado na alínea anterior detém os conhecimentos necessários a nível informático, de forma a não comprometer o sucesso da formação.
2. A inobservância de qualquer das obrigações acima referidas, confere à Segunda Outorgante o direito de cobrar à Primeira Outorgante o custo de quaisquer materiais ou assistência técnica por si fornecidos com vista a corrigir os efeitos de tal inobservância.

Cláusula 8.^a
(Obrigações da Segunda Outorgante)

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente contrato, constituem principais obrigações da Segunda Outorgante, as seguintes:
- (a) respeitar e cumprir toda a legislação que lhe seja aplicável;
 - (b) comunicar, de imediato, à Primeira Outorgante quaisquer divergências de interesses ou de deveres que possam comprometer ou afetar o cumprimento integral das suas obrigações;
 - (c) informar, de imediato, à Primeira Outorgante quaisquer factos ilícitos de que tenha conhecimento e que possam ser considerados objetivamente relevantes para o cumprimento integral das suas obrigações;
 - (d) responder perante qualquer incidente ou reclamação colocados pela Primeira Outorgante, relativamente ao fornecimento dos equipamentos e à integral execução dos serviços de renovação dos ativos objetos deste

contrato, no prazo máximo de 3 (três) dias;

- (e) proceder ao pagamento de quaisquer contribuições fiscais, impostos e taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos pelas autoridades competentes relativos à execução do contrato;
- (f) realizar todas as diligências necessárias ou convenientes à obtenção de quaisquer licenças de exportação e importação, quando exigidas;
- (g) assegurar a continuidade do fabrico e/ou fornecimento de todas as peças, componentes e equipamentos que integrem os bens/serviços a fornecer pelo seu prazo estimado de vida útil, sem prejuízo da impossibilidade temporária ou definitiva desse fabrico e/ou fornecimento por motivos que não lhe sejam imputáveis;
- (h) garantir assistência técnica, durante o período de garantia conferido pelo fabricante, sem quaisquer encargos para a Primeira Outorgante;
- (i) garantir assistência técnica após o citado período de garantia, caso for solicitada pela Primeira Outorgante.

Clausula 9.ª
(Penalidades Contratuais)

1. Em caso de incumprimento imputável à Segunda Outorgante, ou a terceiros por esta contratados para o fornecimento dos bens e consequente implementação/instalação dos serviços, objeto do presente contrato, haverá lugar à aplicação de penalidades nas seguintes situações:
 - 1.1. atraso no início ou na conclusão dos trabalhos; e
 - 1.2. atraso nos prazos parciais vinculativos de execução do projeto.
 - 1.3. Multa diária de 1‰ (um por mil) do preço contratual, nos primeiros 30 (trinta) dias;
 - 1.4. Em cada período subsequente de igual duração a multa diária sofrerá um aumento para 2‰ (dois por mil) do valor do contrato, sem, contudo, que na sua globalidade, possa exceder o limite máximo de 15% (quinze por cento) do preço contratual;
2. Caso seja aplicada uma das penalidades nos termos do disposto no número anterior, o respetivo valor será apurado e faturado aquando da ocorrência do facto gerador.
3. O prazo para o pagamento, pela Segunda Outorgante, das penalidades previstas na presente cláusula é de 15 (quinze) dias a contar da data de

recepção das respetivas faturas, emitidas pela Primeira Outorgante.

4. Em alternativa ao pagamento a que se refere o número anterior, a Primeira Outorgante poderá optar por satisfazer os pagamentos previstos nos números anteriores através de compensação com as quantias a pagar à Segunda Outorgante, ao abrigo do presente contrato.
5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Primeira Outorgante exija uma indemnização por dano emergente.

Cláusula 10.ª

(Força Maior)

1. Não podem ser impostas penalidades à Segunda Outorgante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, pandemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior, deve ser imediatamente comunicada à outra parte;

Cláusula 11.ª

(Dever de boa execução)

1. A Segunda Outorgante fica sujeita, no que diz respeito à execução do presente contrato, às exigências legais e normativas do setor aplicáveis às matérias objeto do citado contrato.
2. A Segunda Outorgante, desde já, declara e garante que cumpre toda a legislação e regulamentação aplicáveis à atividade por si prosseguida e que está e estará na posse de todas as autorizações, licenças, alvarás e ou aprovações que, nos termos da lei e da regulamentação lhe sejam aplicáveis e se mostrem necessárias para a prossecução da atividade, bem como para o cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

3. A Primeira Outorgante reserva o direito de reter o correspondente a 5% (cinco por cento) do valor dos pagamentos a efetuar, como garantia de boa execução do contrato, que será liberada com o cumprimento de todas as obrigações contratuais que impendem sobre a Segunda Outorgante.
4. A caução a que se refere o número anterior é liberada nos termos do artigo 109º do Código da Contratação Pública.

Cláusula 12.ª

(Confidencialidade)

1. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, as partes comprometem-se a não divulgar, durante e após a execução do presente contrato, quaisquer informações que obtenham no seu âmbito, designadamente as relativas à outra parte ou aos seus interesses e negócios.
2. As partes só podem divulgar as informações referidas no número anterior na medida em que tal seja estritamente necessário à execução do presente contrato, mediante autorização da parte que haja prestado, ou do estritamente necessário ao exercício do competente direito de defesa.
3. No caso previsto no número anterior, as partes devem garantir, em reciprocidade e em condições satisfatórias, a assunção, por escrito, de idêntico compromisso de confidencialidade pelos terceiros que acedam às informações abrangidas pelo dever de confidencialidade.
4. As partes devem ainda limitar o acesso às informações confidenciais aos seus trabalhadores que a elas tenham de recorrer para a correta execução do contrato, assegurando que os mesmos são obrigados a manter essa confidencialidade.
5. São suscetíveis de serem consideradas informações confidenciais, sem prejuízo de outras que as partes decidam qualificar como tal, as que, a serem divulgadas, possam causar danos a qualquer das partes ou a terceiros, ou perturbar o normal desenvolvimento dos trabalhos objeto deste contrato.

Cláusula 13.ª

(Inspeção)

1. Uma vez concluído o correspondente processo de fornecimento e de prestação de serviços, compreendidos no presente contrato, a Primeira Outorgante

procederá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a uma inspeção qualitativa da mesma, com vista a verificar se reúnem as características, especificações e os requisitos técnicos, bem como os demais requisitos legais aplicáveis.

2. Durante a fase de inspeção a Segunda Outorgante obriga-se a prestar à Primeira Outorgante toda a cooperação e os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização do mesmo por técnicos que considere devidamente credenciados para o efeito.
3. Os encargos com a realização da inspeção decorrente do ato normal de verificação de execução dos trabalhos, e que advenham para a Primeira Outorgante, nomeadamente, os custos de deslocação e de recurso a mão-de-obra especializada, serão por esta exclusivamente suportados.
4. Os encargos com a realização da inspeção que advenham para a Segunda Outorgante, nomeadamente, os custos de deslocação e de recurso a mão-de-obra especializada, serão por esta exclusivamente suportados.

Cláusula 14.ª

(Inoperacionalidade, defeitos ou desconformidades)

1. Após a realização da inspeção referida na cláusula anterior e, caso se comprove a inoperacionalidade, desconformidade com as exigências legais ou a existência de defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos identificados, a Primeira Outorgante deverá disso informar, por escrito, à Segunda Outorgante.
2. No caso previsto no número anterior a Segunda Outorgante deverá proceder, por sua conta e risco, à respetiva reparação ou substituição do(s) item(ns), no prazo de 30 (trinta) dias, ficando exclusivamente a cargo da mesma quaisquer custos que advenham ou possam advir da referida reparação e/ou substituição.
3. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pela Segunda Outorgante, no prazo respetivo, a Primeira Outorgante procederá a nova inspeção, nos termos constantes da cláusula anterior.

Cláusula 15.ª

(Aceitação)

1. Caso se venha a verificar a total operacionalidade do projeto executado no decurso da inspeção, referida nas cláusulas anteriores, bem como a sua

conformidade com as exigências legais e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos na proposta apresentada pela Segunda Outorgante, deve ser emitido um auto de receção, no prazo de 5 (cinco) dias a contar do final da inspeção, assinado pela Primeira Outorgante.

2. Mediante a assinatura do auto a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens, para a Primeira Outorgante, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre a Segunda Outorgante.

Cláusula 16.ª

(Garantia)

1. Os equipamentos objeto do presente contrato, deverão possuir suporte técnico do fabricante contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos no Caderno de Encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.
2. Todo o equipamento fornecido deverá, ainda, dispor de garantia do(s) fabricante(s) para 3 (três) anos, ou superior, assegurando uma assistência técnica do(s) fabricante(s) 8x5xNBD (8 horas por dia, 5 dias por semana, resposta no dia útil seguinte), nos seguintes termos:
 - (a) acesso, sem custos adicionais, às atualizações de software lançadas pelo fabricante para a plataforma pelo período mínimo de 3 (três) anos;
 - (b) acesso 24x7 (24 horas por dia, 7 dias por semana) às ferramentas de suporte do(s) fabricante(s);
 - (c) substituição de hardware avariado.
3. A extensão de garantia abrange o seguinte:
 - (a) A reparação e/ou substituição de peças de qualquer dos equipamentos fornecidos, o tempo despendido e respetivos custos de envio.
 - (b) A atualização de assinaturas e o suporte para upgrades de software e firmware em todos os equipamentos/software propostos.
 - (c) O serviço de garantia dos equipamentos inclui um tempo de resposta máximo que deverá ser sempre inferior ou igual a 8 (oito) horas úteis (8x5xNBD - 8 horas por dia, 5 dias por semanas, com resposta no dia útil seguinte).

4. O prazo de garantia referido no número 1 conta-se a partir da data de aceitação dos equipamentos.
5. São excluídos da garantia todos os defeitos que, notoriamente, resultem de má utilização, de uma utilização abusiva ou de negligência da Primeira Outorgante, bem como todos os defeitos resultantes de fraude, ação de terceiros, caso fortuito ou força maior.
6. Em caso de anomalia detetada no objeto do fornecimento, a Segunda Outorgante compromete-se a intervir, sem prejuízo do direito de indemnização dos honorários devidos, se a anomalia resultar de fato não imputável à Primeira Outorgante.

Cláusula 17.ª

(Formação)

1. A gestão da solução deverá ser garantida autonomamente pela Segunda Outorgante pelo que deverão ser disponibilizados à equipa técnica da Primeira Outorgante os meios e conhecimentos considerados necessários e indispensáveis à operacionalização contínua, razão pela qual a Segunda Outorgante obriga-se a proporcionar formação aos trabalhadores/colaboradores ao serviço da Primeira Outorgante que venham a lidar com o sistema.
2. A ação de formação prevista no número anterior, deverá acentuar-se no modelo "on the job training", com uma carga horária mínima de 16 (dezassex) horas sobre a gestão, configuração, operação, manutenção e recuperação de falhas técnicas.
3. Durante a execução do projeto será realizada uma formação à equipa que ficará responsável pela gestão dos equipamentos, com o objetivo de permitir à equipa da Primeira Outorgante ter o conhecimento sobre o projeto implementado e efetuar a sua gestão diária.
4. A formação será efetuada através do acompanhamento da fase final de configuração dos equipamentos pela equipa de operação da Primeira Outorgante, por um Workshop à equipa de operação e pelo acompanhamento, pela Segunda Outorgante, após a implementação do sistema, à equipa de operação da Primeira Outorgante.
5. O conteúdo do Workshop será o seguinte:
 - (a) Audiência: Equipa de operação da Primeira Outorgante, até ao limite de 4

- (quatro) formandos;
 - (b) Pré-requisitos: Conhecimentos de LAN switching e de configurações de rede;
 - (c) Duração da Sessão: 16 (dezasseis) horas
 - (d) Local de realização: Sala de formação da Primeira Outorgante ou sala virtual online (do tipo MS-Teams ou similar)
6. A Segunda Outorgante deverá instruir o pessoal da Primeira Outorgante sobre todas as "normas de funcionamento" de todo o sistema a instalar, tendo em vista a sua segurança, devida operacionalidade e cumprimento do tempo de vida útil.
 7. Deverão ser realizados todos os ensaios de funcionamento, de acordo com o plano prévio, e uma ação de formação (*on job training*) que incidirá, essencialmente, na correta operação de cada um dos componentes, na leitura e interpretação dos diferentes alarmes e nos parâmetros de programação dos diferentes equipamentos.
 8. O plano definitivo de formação será estabelecido por acordo entre a Primeira Outorgante e a Segunda Outorgante.
 9. Os objetivos desta formação são o seguinte:
 - (a) Apresentar a solução implementada e os equipamentos instalados;
 - (b) Gestão e Supervisão dos equipamentos instalados;
 - (c) Análise das melhores práticas e procedimentos de suporte.

Cláusula 18.ª
(Assistência Técnica)

1. Considera-se manutenção o conjunto das ações efetuadas pela Segunda Outorgante tendente a manter ou a repor em boas condições de funcionamento os equipamentos e as aplicações, incluindo diagnóstico remoto, eliminação de erros e ajustes de funcionalidades provocados por quaisquer atualizações.
2. A manutenção deverá ser feita preferencialmente nas instalações da Primeira Outorgante podendo, no entanto, ser prestada remotamente no caso de situações pontuais, como, por exemplo, a correção de um erro que não tenha repercussões sobre a estrutura definida.

3. Complementarmente aos 3 (três) anos de garantia e extensão de garantia, a Segunda Outorgante também assegurará a Assistência Técnica à solução objeto do contrato, pelo mesmo período, incluindo serviços de suporte manutenção preventiva e reativa pós-implementação.
4. Para prestação de serviço remoto, a Primeira Outorgante deverá autorizar durante a vigência do contrato, o acesso remoto aos sistemas e aplicações que compõem a infraestrutura de tecnologias de informação à Segunda Outorgante.
5. A Assistência Técnica aos equipamentos abrange os seguintes serviços de assistência à infraestrutura de rede: *nível de serviço, tempo de resposta, perfil de suporte, níveis de criticidade e tempos de resposta e manutenção preventiva.*
6. A Segunda Outorgante deverá indicar os encargos anuais relativos à manutenção corretiva, preventiva e evolutiva dos equipamentos e das aplicações, bem como todas as condições e prazos da sua execução.
7. A Segunda Outorgante deverá prestar à Primeira Outorgante todo o apoio técnico necessário inerente à montagem, instalação e configuração dos equipamentos para a estrutura objeto deste contrato e das respetivas aplicações existentes e correspondente início de utilização.

Cláusula 19.ª

(Serviços de assistência técnica à infraestrutura de rede)

1. A descrição dos seguintes serviços tem como objetivo garantir a assistência técnica:

i. Nível de serviço proposto/Service Level Agreement:

A solução objeto deste contrato considera um nível de serviço com cobertura horária 24hx7 dias da semana, 365 dias do ano, para a receção dos pedidos de serviço.

ii. Tempo de resposta

- (a) A prestação de serviços de suporte e manutenção reativa e preventiva à solução objeto deste contrato, com um tempo de resposta adequado ao nível de criticidade.
- (b) O tempo máximo de resposta será sempre inferior ou igual a 8 (oito) horas úteis (8x5xNBD – 8 horas por dia, 5 dias por semanas, com resposta no dia

útil seguinte).

- (c) É considerado tempo de resposta o tempo decorrido entre a receção do pedido de suporte ao HELPDESK e o primeiro contato, seja presencial, por acesso remoto ou telefónico.

iii. Perfil de suporte

De acordo com competência dos recursos humanos e as boas práticas, o suporte prestado é assumido em 3 (três) níveis:

- (a) 1ª linha – Detecção de anomalia remota e contacto com a Primeira Outorgante para validação técnica da ocorrência
- (b) 2ª linha – Intervenção técnica por perfil de Engenharia não especializada para efeitos de diagnóstico, "troubleshooting" e reencaminhamento ao suporte especializado;
- (c) 3ª linha – Intervenção técnica por elemento de suporte especializado, com perfil Sénior e especialista na área de intervenção.

iv. Níveis de Criticidade e tempos de resposta

- (a) O nível de criticidade é determinado pelo impacto do problema na infraestrutura, sendo a Primeira Outorgante a determinar o respectivo nível de criticidade, no pedido de suporte ao HELPDESK.
- (b) A atribuição do impacto deve ser realizada avaliando a severidade do incidente sobre os serviços afetados, neste sentido, identificam-se quatro níveis de impacto:

Nível de Criticidade	Tempo de Resposta	Características
Baixo	Até 8 horas úteis	Degradação do serviço, com perda de algumas funcionalidades não essenciais, pequenos cortes esporádicos ou diminuição do seu desempenho; o número e importância dos utilizadores afetados não são significativos face ao universo global de utilizadores.
Médio	Até 8 horas úteis	Degradação de grande parte das funcionalidades do serviço; o número e importância dos utilizadores afetados são significativos face ao universo global de utilizadores;
Alto	Até 6 horas úteis	Corte do serviço, com uma perda total de funcionalidades ou uma degradação extrema; anomalia com implicações legais ou económicas;
Muito Crítico/Urgente	Até 4 horas úteis	Perda total de funcionalidades com impacto na operacionalidade de sistemas muito críticos à operação da organização; o número e importância dos utilizadores afetados correspondem à maioria percentual, face ao universo global de utilizadores;

v. *Manutenção preventiva*

- (a) A solução objeto do presente contrato, considera um serviço de suporte reativo e preventivo, com tempo de resposta adequado ao nível de criticidade.
 - (b) Na solução são consideradas duas intervenções técnicas preventivas semestrais, sendo uma efetuada remotamente e uma on-site (Praia-Cabo Verde).
 - (c) A primeira intervenção semestral remota decorrerá 6 (seis) meses após a implementação.
 - (d) A intervenção on-site, decorrerá na última semana de outubro, salvo reagendamento prévio.
 - (e) Este serviço preventivo tem como objetivo evitar e prevenir eventuais problemas antes que estes constituam uma paragem de serviço.
2. O prazo do serviço de suporte técnico é de 3 (três) anos, a contar da data de conclusão da instalação da solução.

Cláusula 20.ª

(Resolução do Contrato pela Primeira Outorgante)

1. A Primeira Outorgante pode resolver o presente contrato em caso de grave violação das obrigações contratuais da Segunda Outorgante e, ainda, nos seguintes casos, sem prejuízo do direito de indemnização legalmente previsto:
- (a) Incumprimento definitivo do contrato por fato imputável à Segunda Outorgante;
 - (b) Incumprimento, por parte da Segunda Outorgante, de instruções transmitidas em matéria relativa à execução das prestações contratuais;
 - (c) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no contrato, desde que a exigência, pela Segunda Outorgante, da manutenção das obrigações assumidas pela Primeira Outorgante contrarie o princípio da boa-fé;
 - (d) Incumprimento, pela Segunda Outorgante, de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;

Cláusula 21.^a

(Efeitos da resolução do Contrato por parte da Primeira Outorgante)

1. Em caso de resolução do contrato pela Primeira Outorgante, por fato imputável à Segunda Outorgante, esta fica obrigada ao pagamento de indemnização a que haja lugar nos termos gerais de direito.
2. A indemnização é paga pela Segunda Outorgante no prazo de 60 (sessenta) dias após a notificação para esse efeito, sem prejuízo da possibilidade de execução da caução prestada.
3. O disposto na presente cláusula não prejudica a aplicação de quaisquer penalidades que se mostrem devidas, se, para tanto, existir fundamento.

Cláusula 22.^a

(Resolução pela Segunda Outorgante)

1. A Segunda Outorgante pode resolver o presente contrato em situações de grave violação das obrigações contratuais pela Primeira Outorgante e ainda nas seguintes situações:
 - (a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
 - (b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à Primeira Outorgante;
 - (c) Exercício ilícito dos poderes da Primeira Outorgante quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;
2. Nos casos previstos na alínea (c) do número 1 da presente cláusula, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração à Primeira Outorgante, produzindo efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Cláusula 23.^a

(Efeitos da resolução do Contrato por parte da Segunda Outorgante)

1. Em caso de resolução do contrato pela Segunda Outorgante por facto imputável à Primeira Outorgante, esta fica obrigada ao pagamento dos honorários correspondentes às fases já entregues ou em elaboração e de uma indemnização pelos prejuízos emergentes da decisão tomada que se fixa em 15% (quinze por cento) dos honorários fixados;
2. A indemnização é paga pela Primeira Outorgante no prazo de 10 (dez) dias após a notificação para esse efeito.
3. O disposto na presente cláusula não prejudica a aplicação de quaisquer penalidades que se mostrem devidas, se, para tanto, existir fundamento.

Cláusula 24.^a

(Resolução de Diferendos)

1. Os eventuais diferendos ou litígios emergentes da interpretação, execução e incumprimento do presente contrato serão solucionados preferencialmente por negociação entre as partes, de boa fé.
2. Na ausência de acordo relativo à questão controvertida, o diferendo ou litígio será dirimido pelo foro da Comarca de S. Vicente, com renúncia expressa de qualquer outro.

Cláusula 25.^a

(Lei aplicável)

O presente contrato é regulado pelas disposições do Código Civil vigente e demais legislação Cabo-verdiana aplicável.

As Outorgantes declaram que aceitam o presente Contrato com todas as suas cláusulas, termos, condições e obrigações, das quais têm inteiro conhecimento e a cujo cumprimento se obrigam.

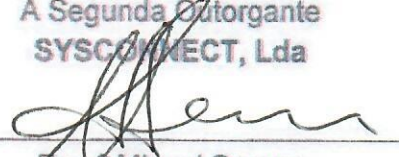
Este Contrato, constituído por 21 (vinte e uma) páginas, é feito em 2 (Duas) vias, sendo uma para cada uma das partes e dele fazem parte integrantes os Anexos I, II e III identificados, que são rubricados pelas partes.

Feito na Cidade do Mindelo, no dia 08 (oito) do Mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois.

A Primeira Outorgante
ENAPOR, SA


Eng.º Ireneu Rosa de Azevedo Camacho Dr.ª Eneida Cristina Lima Gomes
Presidente do Conselho de Administração Administradora Executiva

A Segunda Outorgante
SYSCONNECT, Lda


Eng.º Miguel Soares
SYSCONNECT
Diretor Geral

NIF: 513 574 506
A Gerência

ANEXO I

Proposta Técnica com a referência SYS.MS.22.285 de 27 de junho de 2022
(Incluindo 32 páginas)

ANEXO II

Proposta Financeira com a referência SYS.MS.22.285 de 27 de junho de 2022
(Incluindo 04 páginas)

ANEXO III

Indicação do pessoal efectivo médio__signed

